

A ascensão de matrículas na EJA em uma escola do interior do Rio Grande do Sul: o caso de um polo Sesi

The increase of enrollment rates in EJA in Rio Grande do Sul's country school: the case of a SESI unit

Thais Emilia Reder
Universidade Federal do Pampa (Unipampa)
Guaporé - Brasil
Sonia Maria Da Silva Junqueira
Universidade Federal do Pampa (Unipampa)
Bagé - Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir e estabelecer uma comparação entre os resultados do mapeamento do Censo Escolar Brasileiro de 2020 e os dados de uma escola do interior gaúcho no que se refere à modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). A discussão teórica em que se sustenta a análise trata do resgate histórico da trajetória da EJA no Brasil, compreendendo assim a construção e trajetória dessa modalidade no âmbito nacional. Como metodologia, recorre-se a abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso. Os resultados apontam para um aumento de matrícula na escola pesquisada e com isso se evidencia a divergência de dados apresentada pelo Censo Escolar no cenário nacional.

Summary

This article's goal is to debate and establish a comparison between the results of 2020's Brazilian School Census mapping and data about a country school in the state of Rio Grande do Sul concerning Youth and Adult Education. The theoretical discussion in which the analysis is supported deals with the historical research about Youth and Adults Education in Brazil, thus understanding the building processes and the trajectory of this modality at the national level. Regarding the method, a qualitative approach is used through a case study. The results point to an increase in enrollment in the researched school, therefore being divergent from the data presented by the School Census in the national environment.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Matrículas; Censo Escolar.

Introdução

A educação é um dos principais pilares de uma sociedade, por isso é de extrema importância ela ser reconhecida como tal. A partir disso, esta pesquisa tem como base o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a Educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Nessa direção, a Educação deve ser promovida e incentivada, em colaboração com a sociedade, tendo em vista o pleno desenvolvimento do indivíduo, assim como o seu preparo para a cidadania e o mercado de trabalho. Para isso, a oferta de Educação Básica de qualidade necessita estar ao alcance de todos os brasileiros. (BRASIL, 1988)

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2016, 50,2% da população brasileira acima de vinte e cinco anos não concluiu o Ensino Fundamental (IBGE, 2016), este fato dificulta o acesso a melhores condições de trabalho e vida. Esse indicador reforça que a desigualdade social brasileira está refletida também na realidade escolar, nas condições de acesso, de permanência e de sucesso na escola, o que pode desencadear um círculo de exclusões. (ALVES; COMERLATO; SANTANA, 2017)

A partir disso, constata-se a necessidade de um maior esforço coletivo para que o acesso à educação seja um direito de fato, pleno, capaz de garantir ensino de qualidade para todos, independentemente de faixa etária, renda ou condição social. Além disso, conforme o Parecer 11, do Conselho Nacional de Educação, a EJA se apresenta como uma oportunidade e um cenário educacional com grandes possibilidades para o alcance dessa intenção, tendo em vista que seu acesso pode melhorar significativamente a realidade social dos estudantes que participam desta modalidade (BRASIL, 2000).

Sob esta análise a pesquisa tem como base os dados de um polo da Escola Sesi de Ensino Médio Francisco Xavier Kunst, localizado no município de Guaporé, Rio Grande do Sul, que oferece a EJA no período noturno, para o Ensino Fundamental - anos finais e Médio, na modalidade a distância, em ciclos semestrais. A instituição de ensino se caracteriza por ser privada e seguir os programas, métodos e diretrizes internos do Sesi - Serviço Social da Indústria para o seu funcionamento, além de adotar as orientações da Base Nacional Comum Curricular - BNCC para âmbito pedagógico e do currículo.

Nesse aspecto, a problemática que se destaca é: Quais os fatores que contribuíram para uma escola do município de Guaporé, no Rio Grande do Sul, ampliar significativamente seus índices de matrículas na EJA, vindo na contramão dos números registrados nas matrículas de escolas públicas na mesma modalidade, no estado do Rio Grande do Sul e no país?

A partir desta conjuntura, este artigo tem por objetivo discutir e estabelecer uma comparação entre os resultados do mapeamento do Censo Escolar Brasileiro de 2020 e os dados de uma escola do interior gaúcho no que se refere à modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma vez que essas informações serão subsídio para o debate com foco em revelar e analisar o que tais dados representam.

Por conseguinte, essa pesquisa justifica-se quanto à relevância social tendo em vista que o estudo destaca que esta modalidade de ensino se caracteriza por ser a última oportunidade de escolaridade, de um sujeito que procura a escola fora do tempo regular, mas no seu tempo, ao passo que é marcado por seguidos processos de exclusão. Além do que, a análise, compreensão e fortalecimento das pesquisas em EJA, configuram-se como uma importante via de desenvolvimento humano e acadêmico, pois conforme Haddad (2002) há um desafio crescente para as universidades no sentido de garantir/ampliar os espaços de discussão da EJA nos cursos de graduação, pós-graduação e extensão, considerando que as mazelas que atingem a ação educativa junto a jovens e adultos ainda não estão solucionadas, atribuindo a esses estudos, status de atuais e cientificamente relevantes.

Assim, na sequência será apresentada a discussão teórica em que se sustenta a análise, que trata do resgate histórico da trajetória da EJA no Brasil, descrevendo brevemente a construção dessa modalidade no âmbito nacional. Em seguida, apresenta-se a metodologia escolhida, a discussão dos resultados, e por fim, as considerações finais da pesquisa.

Referencial Teórico:

Levantamento Histórico da EJA no Brasil

Esta seção apresenta um breve histórico da EJA no Brasil, tendo em vista sua trajetória e explica suas características atuais. Adianta-se que é uma tarefa complexa descrever esse percurso, pois a história da EJA é envolta em diferentes modelos educacionais e projetos de sociedade bem variados. Percebe-se ao longo da história da Educação brasileira uma busca

Análise A ascensão de matrículas na EJA em uma escola do interior do Rio Grande do Sul: o caso de um polo Sesi

para a redução do analfabetismo, contudo sem sucesso até hoje, pois são recorrentes as reincidentes fragilidades sobre essa problemática.

A garantia de educação para as pessoas jovens e adultas no Brasil é relativamente recente, constando em lei somente a partir do ano de 1988, no texto da Constituição Federal. No entanto, do ponto de vista cronológico, a intenção de alfabetizar adultos em território brasileiro mostra-se presente desde o período colonial (1500 - 1822) quando, segundo Fernandes (2018), os missionários jesuítas montaram as primeiras estruturas para uma educação formal e a alfabetização dos indígenas, mesmo que de forma embrionária. Por sua vez, vale ressaltar que a educação jesuítica foi imposta aos nativos, na intenção de um processo de conversão ao catolicismo.

Com o processo de expulsão dos jesuítas, este movimento foi encerrado e um hiato ocorreu no processo de escolarização da população. Ainda, segundo Fernandes (2018), no período monárquico um sistema de ensino foi basicamente estruturado, contudo atendia às elites, criando escolas superiores, com cursos de graduação, deixando de lado o ensino básico e popular.

Já no período de 1930, registra-se a criação do Ministério da Educação e Saúde, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, há um início de organização para os processos educativos populares. Esse ministério atendia duas grandes necessidades do país - saúde e educação - em um período que estava se estruturando como urbano-industrial, assim era necessária mão de obra ativa, saudável e minimamente instruída.

Segundo Carvalho (2017), nessa época surgiu o ensino profissionalizante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e outras entidades do “Sistema S”, pelas quais os empresários se organizavam para atender a necessidade de capacitar a classe trabalhadora, tendo em vista a intensificação do capitalismo industrial no Brasil, em que a alfabetização é a condição primária para o alcance dessa proposta. Essas movimentações ofereceram avanços nos índices da população minimamente letrada, ainda que fosse com uma visão funcional do ato de educar.

Na sequência temporal, no final dos anos de 1940 as exigências que caem no processo educacional são outras. A intenção neste momento é o aumento do contingente eleitoral, pois naquele período, adultos analfabetos não votavam. O estado brasileiro investiu em

massa em campanhas de alfabetização de adultos, para que eles tivessem acesso às urnas. Todavia, essa iniciativa também não foi suficiente para consolidar o processo de escolarização da enorme quantidade de brasileiros que necessitavam ser letrados.

Nesse contexto, a Constituição de 1946 trazia em seus preceitos que a Educação é um direito de todos, porém sem dar subsídios à concretização desse direito (BRASIL, 1946). Para auxiliar neste processo, em 1953, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) foi criado, reforçando as investidas na redução do número de brasileiros que estavam fora da sala de aula. Merece destaque o fato de que, após o fim da Segunda Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), uma agência filiada à Organização das Nações Unidas (ONU) e que, para Carvalho (2017), promoveu ações que, desde então, vêm ao encontro de propor debates e orientar estratégias, além de pressionar os governos de diversos países para a melhoria da educação para todos, com um olhar atento para a modalidade da EJA, mantendo-se atuante até os dias atuais.

Registra-se que do final dos anos de 1950 até 1960 ocorreu um intenso debate e movimentação efervescente da sociedade civil para a melhoria da Educação, com a finalidade de contemplar a promoção de cidadãos mais conscientes e atuantes no seu entorno, e desse modo provocar maior discussão sobre a realidade dos estudantes. Por consequência, os movimentos populares alcançaram grande representação através de fóruns e debates e uma de suas reivindicações era a necessidade da universalização educacional.

Neste sentido, conforme Costa (2007), os conceitos e práticas construídos neste período têm reconhecimento internacional. Esse movimento é representado pela metodologia criada e aplicada por Paulo Freire e toda sua crítica à "educação bancária", referência para os estudiosos da educação brasileira e intelectuais em todo o mundo.

A experiência que Paulo Freire vivenciou nos anos sessenta e popularizou na alfabetização de adultos reverbera ainda hoje pela sua eficácia e seu potencial de transformação social, pois com seu método alfabetizou cerca de trezentos adultos em quarenta horas, além de debater a realidade desses alunos como forma de obtenção da consciência coletiva.

A comunidade escolhida para realizar esta ação foi a de Angicos, Rio Grande do Norte, no nordeste brasileiro, e nessa ocasião, trezentos trabalhadores tiveram a oportunidade de ser alfabetizados e inseridos em um debate crítico durante o processo. O método de Paulo

Análise A ascensão de matrículas na EJA em uma escola do interior do Rio Grande do Sul: o caso de um polo Sesi

Freire consiste em discutir inicialmente palavras presentes no cotidiano dos estudantes, por meio das quais fosse possível estimular o debate, seus múltiplos significados, suas reescritas, entre outros aspectos.

Assim, a partir de palavras geradoras, como “enxada”, estudavam desde a sua construção fonética até os custos da ferramenta de trabalho, relevante para aquela comunidade e outras palavras que se relacionavam a aquele contexto, conforme Gadotti (1989), evidenciando a abordagem interacionista na alfabetização.

Freire reflete que “Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes” (FREIRE, 2004, p. 22), renunciando a uma educação conteudista e utilizando-se de dados mais palpáveis da realidade dos alunos. Considerando as histórias de aprendizagens, geralmente de trabalhadores e toda essa bagagem cultural era aproveitada para inserir os alunos nas conversas e em estratégias alfabetizadoras dentro do processo.

Entretantes, em 1964, com o golpe militar, esse levante em favor da Educação brasileira foi interrompido. Nesse período, muitos dos avanços foram barrados e os líderes dos movimentos da chamada “educação popular” foram presos ou exilados. Contudo, para atender às pressões da sociedade, o governo militar criou o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) que permaneceu em atuação por quase duas décadas. Tinha em sua maior vocação orientar a habilidade de ler e escrever, sem maiores esforços para o desenvolvimento intelectual ou social dos discentes.

Desse período, cita-se o ensino supletivo, implantado em 1971, através da Lei nº 5.692/71, que também foi um marco relevante na história da EJA no Brasil. Conforme o Parecer 11/00, houve nessa época um momento de intenso investimento público para a ampliação do ensino supletivo, possibilitando uma expansão, além da flexibilização de sua oferta. “Os cursos poderiam acontecer via ensino a distância, por correspondência ou por outros meios adequados” (CNE, 2000, p. 21), a fim de atingir uma melhora no índice de alfabetizados. Contudo, não se discute aqui a qualidade dessa expansão.

Seguindo nessa década de setenta, ganham força movimentos sociais que reivindicam diversos direitos, incluindo o aumento de oportunidade e melhor qualidade na Educação. Pode-se verificar também a partir da leitura do Parecer 11 do CNE, que:

[...] a sociedade começava a reagir aos tempos de autoritarismo e repressão, com a auto-organização exercendo importante papel. Movimentos populares em bairros das periferias urbanas, movimentos sociais de caráter político e de oposição sindical, associações de bairro e comunidades de base começam, lentamente, a se constituir em atores sociais, aspirando por democracia política e uma mudança de rumos excludentes do crescimento econômico. [...] Renascia a sociedade civil organizada, acionada pelas condições sócio-existenciais de vida marcadas pela ausência de liberdade, de espaços de participação e de ganhos econômicos. (BRASIL, 2000, p. 51).

Após vinte e um anos de ditadura militar, com José Sarney assumindo a Presidência da República, foi criada a Fundação Educar, que passou a orientar as ações para ampliação e consolidação da oferta da EJA. Neste período, foi promulgada a Constituição de 1988, já citada neste texto, que é válida até hoje, reconhecendo vários direitos, inclusive a educação dos jovens e adultos. Na sequência, em 1990, o governo de Fernando Collor de Mello extinguiu a Fundação Educar que, para Haddad e Pierro (2000), foi novamente um duro golpe nas ações em desenvolvimento para as mobilizações da EJA, até porque nada foi criado ou estimulado para suprir as necessidades educacionais deste público específico.

Já no governo de Fernando Henrique Cardoso, ocorre a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, número 9394/1996 e, finalmente a EJA é considerada uma modalidade da educação básica, com orientações específicas, organizando a sua oferta, mesmo que de forma inicial, nesse momento.

Durante a V Conferência Internacional de Educação de Adultos em Hamburgo, na Alemanha, em 1997, a Unesco estruturou uma série de metas e compromissos assumidos pelos países participantes, incluindo o Brasil, que desencadeou a criação de fóruns de discussão da EJA em praticamente todos os estados do país, o que, segundo Paiva (2004), caracteriza-se hoje por ser um importante instrumento de articulação entre a sociedade civil e o MEC nas questões ligadas à EJA.

No ano 2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA são aprovadas e ressaltam a modalidade como direito, reparação e equidade, afastando a antiga ideia de compensação, que por muito tempo foi disseminada. Essas diretrizes normatizam os critérios norteadores de sua oferta, como o estabelecimento das idades mínimas para o ingresso, sendo para maiores de quinze anos a oferta do ensino fundamental e para maiores de dezoito anos o ensino médio, entre outras determinações (BRASIL, 2000).

A partir de 2003, no mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado, que gerou uma grande disponibilidade de vagas que atendeu a

Análise A ascensão de matrículas na EJA em uma escola do interior do Rio Grande do Sul: o caso de um polo Sesi

uma necessidade antiga de aumento da oferta, avanço importante e muito esperado. Porém, essas vagas não se mostraram totalmente qualificadas, pois nessa época surgiu o conceito de analfabeto funcional, caracterizado como o sujeito que, mesmo tendo passado pelos bancos escolares, não obteve aprendizagens suficientes para participar plenamente da vida econômica, política e cultural do país e seguir aprendendo ao longo da vida (HADDAD; PIERRO, 2000).

A constatação mais recente é que a EJA precisa abarcar dois públicos, sendo o primeiro, composto por quem jamais frequentou a escola, e o segundo, por aqueles que receberam esta oportunidade, mas tiveram uma trajetória escolar mal sucedida, geralmente jovens e adolescentes que em algum momento abandonaram o ensino regular. Este movimento é chamado de juvenilização da EJA e faz com que os educadores precisem adaptar os processos de aprendizagem para diferentes idades, apresentando-se como mais um elemento a ser considerado quando se trata do tema (LÓDI, 2019).

Para Bassi (2020), a partir do século XX a EJA teve avanços na consolidação de uma identidade própria e maior autonomia política e econômica, com avanços e transformações sociais que se refletem no interior das escolas, assim como para o século XXI predominam as ideias voltadas para a justiça coletiva e a educação assume o papel de acesso a uma melhor participação social, ampliando o espaço para a promoção da EJA.

Por conseguinte um importante passo foi dado para a manutenção das ações na EJA, em 2006, com a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), quando as ações educativas junto a adolescentes, adultos e idosos tiveram acesso a recursos financeiros, antes negligenciados para esta modalidade, o que dificultava a dedicação dos governantes para a manutenção das turmas nos estados e municípios.

Então, a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação 2014-2024, Lei 13.005/2014, que consiste em vinte metas para garantir acesso à educação de qualidade no país, até 2024, a meta nove traz como desafio erradicar o analfabetismo. Comprova-se que, com o cenário que a educação apresenta, será preciso contínuos esforços coletivos, da rede pública e privada para ser alcançado a este tempo.

Verifica-se com este levantamento histórico a existência de ações descontínuas, com diferentes programas que mudavam as nomenclaturas e os gestores, mas não eram capazes

de expandir o letramento, nem favoreciam a melhora das condições intelectuais e sociais dos que necessitavam desta modalidade de ensino. As alternativas oferecidas se configuraram por serem apressadas, frágeis e desprovidas de organização. Ressalta-se a importância dos esforços realizados nesta trajetória. Deve-se entender que não foram desperdiçados e as sementes foram plantadas, entretanto, o que fica evidente é a falta de um projeto edificado e robusto que não sirva apenas para atender aos interesses da elite dominante. Sobre o histórico da EJA no Brasil refere Carvalho:

A história da EJA é fortemente marcada pelas relações conflituosas de domínio e submissão estabelecidas entre a elite e as classes populares do Brasil [...] relação entre conquistador e conquistado, dominante/dominado e perdura, ao longo dos tempos e, às vezes, encontra-se, de forma implícita, em documentos oficiais que parecem tratar a EJA como um favor e não como pagamento de uma dívida social do estado com essa parcela da sociedade. (CARVALHO, 2017, p. 28).

Revisitar o percurso da EJA no cenário brasileiro possibilitou identificar os avanços e retrocessos que a modalidade estudada percorreu, apresentando hoje maior reconhecimento nas legislações e políticas públicas, sendo este um reflexo de resistência de diversos grupos organizados da sociedade civil, que trabalham para que realmente a Educação seja um direito de todos, organizando e pressionando por mudanças para o alcance de uma educação de qualidade, gratuita e por toda a vida.

Este resgate histórico trouxe significativa contribuição para o alcance dos objetivos da presente pesquisa, pois possibilita compreender melhor a trajetória da educação, sobretudo para os jovens e adultos, trazendo os marcos temporais significativos. Dialogar com a história traz maior propriedade para analisar, debater e compreender a evolução desta temática.

Metodologia

O presente tópico descreve a escolha das estratégias metodológicas para a pesquisa, a partir da análise da problemática e do contexto investigado, optou-se pela abordagem qualitativa, pois esta proporciona apreender as diversas perspectivas dos sujeitos e os fenômenos em sua complexidade.

Na pesquisa qualitativa, “[...] os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 16), o que não significa renunciar aos elementos quantitativos coletados no processo, uma vez que esses servirão como dados complementares, igualmente relevantes para a análise. Desta forma, esta

Análise A ascensão de matrículas na EJA em uma escola do interior do Rio Grande do Sul: o caso de um polo Sesi

investigação se configura como pesquisa qualitativa com ênfase nos dados qualitativos.

Além disso, o estudo de caso foi o procedimento de investigação escolhido, pois a técnica compreende um método de análise que se aprofunda sobre os dados coletados. Sobre o método em questão, Yin (2001, p. 32) esclarece que “[...] um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo, dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Esta técnica de pesquisa permite explorar a realidade de forma completa e precisa, com foco nos detalhes, investigando um fenômeno contemporâneo no seu contexto (YIN, 2001). Nesse sentido, as singularidades da realidade escolar investigada são elementos imprescindíveis para análise.

O campo de investigação está situado no polo de EJA do Sesi Guaporé, que apresenta como documentos norteadores o Regimento Escolar, o Plano de Estudos e o Projeto Político Pedagógico, produzidos pela equipe técnica e corpo docente, em alinhamento ao orientado na legislação de ensino vigente e, em especial, às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – anos finais, para o Ensino Médio, para a Educação a Distância e Educação de Jovens e Adultos, com dados do período de 2016 a 2020.

Ademais, os estudantes comparecem uma vez por semana nesse polo de EJA, presencialmente, no período noturno, para realizar atividades que correspondem a 20% da carga horária obrigatória. As demais atividades - 80% da carga horária do curso, são oferecidas virtualmente, através de uma plataforma online, em Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem.

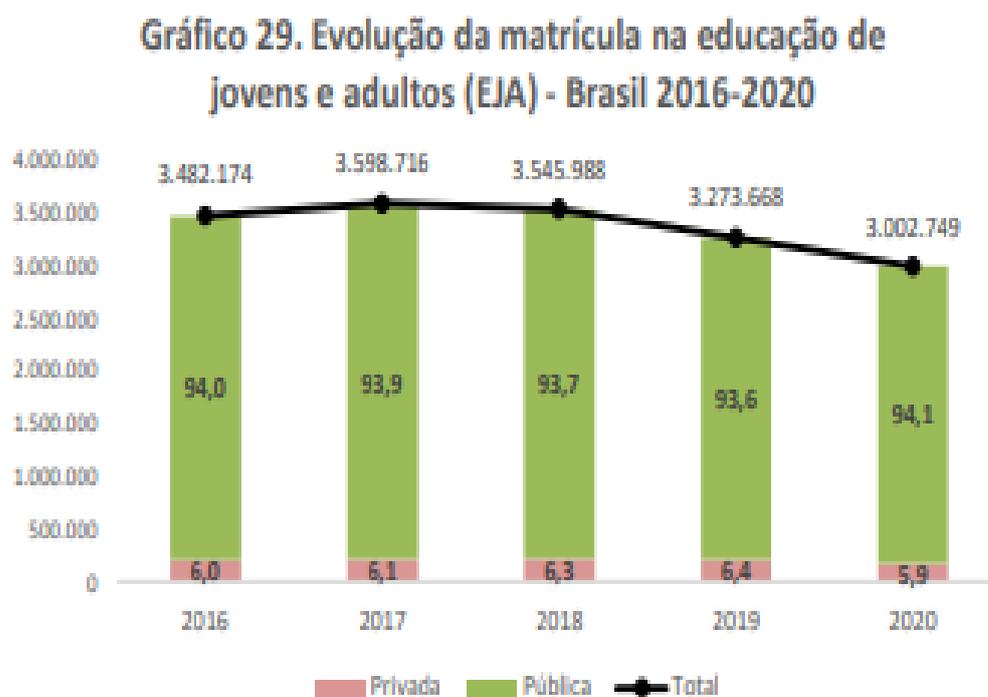
Os dados coletados e postos sob análise neste estudo de caso de natureza interpretativa e descritiva, são os relatórios da secretaria escolar, que revelam os registros e dados de matrículas no período de 2016 a 2020 na EJA do Sesi Guaporé, os documentos escolares e o Censo Escolar de 2020.

Apresentação e análise dos dados

Para apropriar-se dos dados, levantou-se os números apresentados no Censo Escolar 2020, divulgado em 29 de janeiro de 2021, através do site do INEP, produzido com data de

referência de coleta de dados em 11 de março de 2020, momento anterior à suspensão das aulas presenciais, tendo em vista a pandemia da COVID-19. Os gráficos foram coletados da página vinte e sete do relatório, demonstrando os resultados das matrículas da EJA.

Figura 1 – Evolução da matrícula na EJA - Brasil 2016-2020



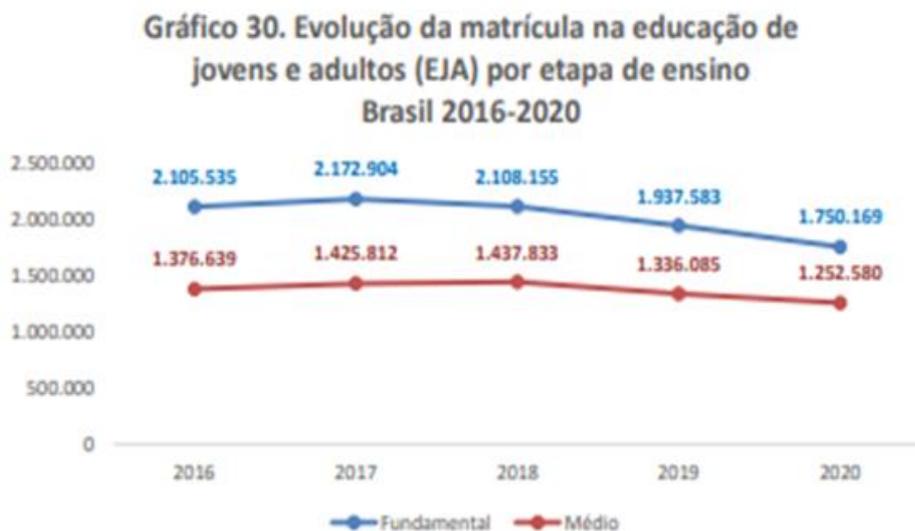
Fonte: Inep 2021 - Relatório de divulgação dos resultados - Censo Escolar 2020

O primeiro gráfico já revela a queda que as matrículas em EJA vem registrando no contexto nacional. É evidente uma redução no ano de 2020, de aproximadamente 479 mil matrículas, em relação ao ano de 2016, além de 8% no que se refere ao período anterior de 2019. O resultado é o declínio de mais de 270 mil matrículas e isto se apresenta tanto nos dados da esfera pública como privada, porém naquela é mais acentuada.

A seguir, apresenta-se o gráfico retirado do mesmo documento, abrindo os números de matrícula no período por nível de Ensino Fundamental e Médio:

Análise A ascensão de matrículas na EJA em uma escola do interior do Rio Grande do Sul: o caso de um polo Sesi

Figura 2 - Evolução da matrícula na EJA por etapa de ensino - Brasil 2016-2020



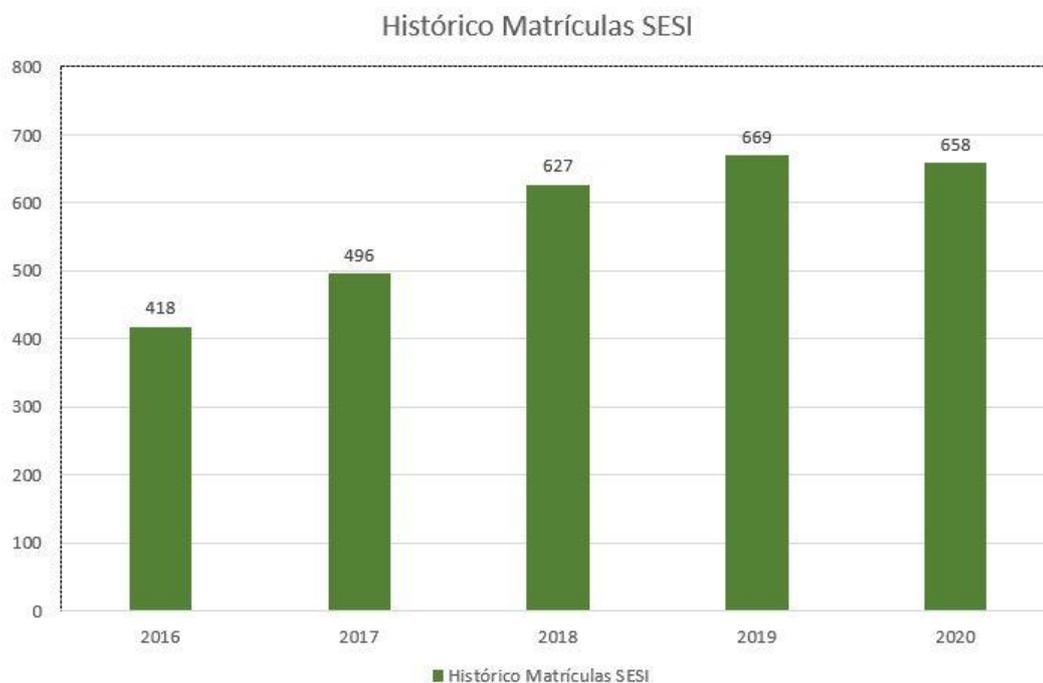
Fonte: Inep 2021 - Relatório de divulgação dos resultados - Censo Escolar 2020

Diante do exposto, constata-se que nos dois níveis de ensino da modalidade ocorreu a redução do registro de matrículas, porém o Ensino Fundamental se evidencia com uma redução de mais de 350 mil matrículas entre os anos 2016 a 2020. Estes números de redução das matrículas em EJA se revelam preocupantes, pois conforme os dados divulgados pelo IBGE, no ano de 2020, para a população de vinte e cinco anos ou mais, 51,2%, ou seja, mais da metade deste público, não completaram o ensino médio no Brasil. Sujeitos estes que encontram somente na EJA a oportunidade para a conclusão da Educação Básica, tendo em vista sua faixa etária.

Conforme revela Sérgio Haddad, “Falar sobre Educação de Jovens e Adultos no Brasil é falar sobre algo pouco conhecido. Além do mais, quando conhecido, sabe-se mais sobre suas mazelas do que suas virtudes.” (HADDAD 1992, p. 3). Dito isso, para demonstrar e debater a possibilidade de um cenário virtuoso será apresentado os dados de um polo de EJA do Sesi do estado do Rio Grande do Sul, em que a configuração é contrária aos números registrados no país, pois registrou dados crescentes de matrícula.

Em se tratando de matrículas o referido Polo apresentou os seguintes resultados:

Figura 3 - Evolução da matrícula na EJA Sesi - polo de Guaporé - 2016/2020



Fonte: A autora, 2022.

Observa-se a partir do gráfico o aumento do número de matrículas, apresentando mais de 50% de acréscimo de 2016 para 2020. É importante registrar que no ano de 2020 há o impacto dos protocolos estabelecidos pela pandemia da COVID-19 porém o índice manteve-se em um patamar elevado.

Registra-se que, conforme o Relatório de Gestão do Sesi - 2020, o Serviço Social da Indústria (Sesi) é referência nacional na oferta de Educação de Jovens e Adultos, tendo como seu propósito responder às demandas para fortalecer o setor industrial. Um dos fatores que o setor aponta como retardante de maiores evoluções de mercado são os índices de trabalhadores que não concluíram o Ensino Médio, tendo em vista que este público tem maior dificuldade na atuação com tecnologia mais avançada, ou mesmo na compreensão e interpretação de manuais (Serviço Social da Indústria, 2020).

Para melhorar a produtividade e competitividade, assim como apoiar o acesso a este direito à conclusão deste nível de ensino, o Sesi conta no Rio Grande do Sul com 19 polos de EJA, que no primeiro semestre de 2022 registraram mais de oito mil matriculados, sendo um deles objeto deste estudo. Para alcançar os números, ocorrem parcerias entre o Sesi e as

Análise A ascensão de matrículas na EJA em uma escola do interior do Rio Grande do Sul: o caso de um polo Sesi

empresas locais, que divulgam e orientam seus trabalhadores a procurarem o retorno escolar, oferecendo benefícios que facilitem o acesso e a permanência destes sujeitos nos bancos escolares.

Além disso, a referida instituição de ensino de Guaporé, possui profissionais com dedicação exclusiva para a EJA, devidamente habilitados, com foco para a busca ativa dos alunos, divulgação do período de matrículas, acolhimento no início do semestre, incentivo à leitura e acompanhamento durante o período letivo, tanto presencialmente quanto virtualmente. Além de um professor para cada área do conhecimento e um instrutor de informática para auxiliar nas questões de inclusão digital.

Todos os profissionais recebem formação contínua semestral, específica para a modalidade, assim como acompanham mensalmente os indicadores dos alunos como presença e entrega de trabalhos, além de analisar dados como idade dos educandos, nível de ensino predominante, sexo e demais informações relevantes para discussão do perfil dos discentes.

Verifica-se que na estrutura física o polo oferece para os alunos biblioteca ampla, laboratório de ciências, laboratório de informática, três salas de aula, refeitório e pátio, de uso exclusivo da EJA, no noturno. Esses espaços estão à disposição para os alunos e propiciam o desenvolvimento de habilidades e a construção coletiva do conhecimento (Sesi, 2017).

A partir da análise do Projeto Político Pedagógico do Sesi Guaporé, observou-se que a escola oferece uma proposta pedagógica sócio-interacionista, em que a aprendizagem está focada no desenvolvimento de habilidades e competências, na construção da autonomia intelectual e progressivo domínio de ferramentas de comunicação digital. Nessa proposta, os alunos participam semestralmente de feiras de ciências e torneios de robótica. Identifica-se também que o polo oferece EJA há onze anos, atendendo alunos de toda a região, próxima a cidade de Guaporé, que compreende vinte e quatro municípios.

Conclui-se assim, que esta estrutura intelectual e física voltada para a modalidade EJA contribui para o alcance de números crescentes de matrículas no polo Sesi Guaporé, RS.

Considerações finais

Ao concluir este estudo, percebe-se que a fragilidade da EJA se mantém nos tempos atuais no Brasil. Com a análise dos números do Censo, constatou-se o crescente índice de

abandono escolar e também de salas da EJA, o que reforça o quão distantes se está de reduzir o índice de analfabetismo brasileiro ou ainda de aumentar a taxa de escolaridade nacional. Se o cenário fosse de números satisfatórios de matrículas e sucesso na EJA, atendendo a demanda de jovens e adultos que não concluíram os níveis básicos de educação, isto impactaria significativamente nas mazelas sociais do país, elevando as condições de vida dos estudantes e de suas famílias.

O fato de um estudante estar matriculado e frequentando uma sala de aula, ainda que de EJA, proporciona acesso a informações e debates durante a convivência com os demais sujeitos do meio escolar, o que pode possibilitar que o aluno gere seus conhecimentos de forma crítica, aplicando-os de forma mais consciente.

Também, com a intenção de apropriar-se, discutir e divulgar possíveis caminhos, registra-se neste artigo os números de um polo de EJA que atingiu crescentes indicadores de matrículas. A discussão auxiliou na compreensão da realidade desse polo, que alcança o propósito esperado de inserir e acolher o público da EJA. Os dados em questão revelam possibilidades virtuosas, tendo em vista que a modalidade necessita de novas possibilidades.

É notório que tal tema não se esgota neste artigo, ainda mais após a incidência da pandemia da COVID-19 que, certamente, traz novos cenários a serem analisados. Verifica-se, que a modalidade EJA precisa de maior reconhecimento, políticas públicas conjuntas e esforços coletivos para tal feito. Constata-se que com investimento e união de forças para um mesmo propósito é possível reverter os índices alarmantes de adultos que não concluíram a Educação Básica, o que faz ser urgente o estímulo para que tenham condições de retomar sua caminhada escolar.

Logo, de posse das presentes informações é relevante que sejam analisadas e discutidas, para que subsidiem transformações nas políticas públicas educacionais que garantam o acesso de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos, com ações concretas e rápidas, que deem conta de conter este processo de decadência das matrículas no cenário específico da EJA.

É notória a necessidade de encontrar caminhos para construir uma modalidade EJA cada vez mais forte, combatendo o histórico problema do analfabetismo no país, para alcançar a universalização do acesso a direitos já garantidos em lei e, por consequência, uma qualidade de vida melhor, com sujeitos conscientes, que tenham condições de participar

Análise A ascensão de matrículas na EJA em uma escola do interior do Rio Grande do Sul: o caso de um polo Sesi

ativamente da sociedade. Para isso é preciso que todos os envolvidos reconheçam sua importância e se dediquem nas ações que atendam ao público, potencializando as transformações dos indivíduos e de seu entorno.

Referências:

ALVES, Evandro; COMERLATO, Denise Maria; SANTANA, Sita Mara Lopes. **Relatório de Pesquisa 2017** - Mapa da Educação de Jovens e Adultos no Estado do Rio Grande do Sul - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - NIEPE-EJA. 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/173114/001060717.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 mar. 2022.

BASSI, Tania Mara dos Santos. **Educação de Jovens e Adultos: do percurso histórico à prática escolar. Educação de jovens e adultos: Ações de Consolidação da Agenda [recurso eletrônico]** cap 5. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Disponível em: <http://repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/11328/3134/3/Educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20jovens%20e%20adultos.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. **Lei nº 5.692/71. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1971

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. MEC/Conselho Nacional de Educação. **Parecer n.11/2000 de 10 de maio de 2000**. Relator: Carlos Roberto Jamyl Cury. CEB, Brasília, 2000.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 1, de 5 de julho de 2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial da União, Brasília. 2000.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2014). **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.. BRASÍLIA, DF: Presidência da República. Casa Civil, 25 jun. 2014. Disponível em: [L13005 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em 28 fev.2022.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP**. Censo da Educação Básica 2020: notas estatísticas. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 01 mar. 2022.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP**, Censo Escolar, Brasília. 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 01 mar. 2022.

CARVALHO, Carolina Coimbra de. **Juvenilização na EJA: significados e implicações do processo de escolarização de jovens.** Universidade Federal do Maranhão, p. 28, 2017. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2195>. Acesso em: 28 fev. 2022.

COSTA, Renato Pontes. **Fundamentos metodológicos em EJA II.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

ESCOLA SESI DE ENSINO MÉDIO FRANCISCO XAVIER KUNST. **Projeto Político Pedagógico.** Novo Hamburgo, 2017.

FERNANDES, Maria Aparecida de Lima Braga. **Evasão e estratégias de permanência na EJA do ensino médio semipresencial: retratos de uma escola.** Universidade Federal de Viçosa – MG 2018. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/24458>. Acesso em: 28 fev. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire.** São Paulo: Scipione, 1989.

HADDAD, Sérgio. Tendências atuais na Educação de Jovens e Adultos. **Em Aberto**, Brasília, out./dez. 1992, vol. 11, nº 4.

HADDAD, Sérgio. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v 12, n. 35, mai-ago, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/nC5smz7HLbjrKbDHPCxzjmw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: em 10 set. 2021.

HADDAD, Sérgio. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998).** / Brasília, 2002. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/site/documentos/serie_estado_conhecimento.pdf. Acesso em: 01 mar. 2022.

HADDAD, Sérgio e PIERRO, Maria Clara Di. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.14, p.108-130, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 mar. 2022.

LODI, Emeline Dias. **O fenômeno juvenilização na educação de pessoas jovens e adultas no Município de Ponte Serrada-SC.** Universidade Federal da Fronteira Sul – Ponte Serrada-SC – 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3645>. Acesso em: 01 mar. 2022.

PAIVA, Jane. Educação de Jovens e adultos: questões atuais em cenário de mudança. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. **Relatório de Gestão 2020 RS.** Departamento Regional. - Porto Alegre: SESI|RS, 2020. Disponível em:

Análise A ascensão de matrículas na EJA em uma escola do interior do Rio Grande do Sul: o caso de um polo Sesi

https://www.sesirs.org.br/sites/default/files/2402_-_final_relatorio_de_gestao_2020_-_sesi_pg.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

Sobre as autoras

Thais Emilia Reder

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (2010). Mestranda em Ensino pela Universidade Federal do Pampa. Pós-graduada em Gestão Estratégica de Pessoas, pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduanda em Educação: Espaços e Possibilidades para Educação Continuada, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense. Desde 2010 desempenha a função de Analista de Educação no SESI - Departamento Regional do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: emiliareder@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7979-8315>

Sonia Maria Da Silva Junqueira

Professora Adjunta IV da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Mestre e Doutora em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Membro dos grupos de pesquisa: "Grupo de pesquisa sobre aprendizagens, metodologias e avaliação" (GAMA) UNIPAMPA-BAGÉ-RS e "Inovação pedagógica na formação acadêmico-profissional de profissionais da Educação" (GRUPI) UNIPAMPA-BAGÉ-RS.
E-mail soniajunqueira@unipampa.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5616-5344>

Recebido em: 25/04/2022

Aceito para publicação em: 14/07/2022